

Falta de medicamentos em Friburgo acende alerta dos vereadores

Ausência dos insumos nos hospitais já foi ponto de investigação do MPRJ

Thiago Alvarez/CM

Por Leandra Lima

A Câmara Municipal de Nova Friburgo aprovou o pedido de requerimento da vereadora Maiara Felício (PT) para que a Prefeitura esclareça a ausência de medicamentos no Hospital Raul Sertã e nos postos de saúde. Segundo a parlamentar, o estoque sofre com inconsistências desde o final do ano de 2025 até o primeiro trimestre de 2026.

A constatação da falta dos insumos veio após uma fiscalização realizada nas unidades pela vereadora, que revelou que muitas famílias sofrem com a situação, pois muitos dependem dos medicamentos do sistema público de saúde. “O prefeito Johnny Maycon terá que responder ao nosso requerimento de informação, aprovado pela Câmara, com as perguntas que todo friburguense se faz, como, por exemplo: o que, de fato, a Prefeitura está fazendo pela saúde do município?”, disse.

Diante dos relatos, Maiara questionou quais foram as últimas entregas de medicação no Hospital Municipal Raul Sertã, Hospital Maternidade, nas UBS e nas Estratégias de Saúde da Família, o motivo da escassez, o critério para compra, a empresa responsável pela entre-



Município terá prazo formal para responder aos questionamentos dos vereadores

ga, entre outros pontos ligados ao abastecimento.

Problema recorrente

A gestão do sistema público de saúde em Nova Friburgo é alvo de críticas e investigações por conta da precariedade, conforme aponta a vereadora. Em 2024, o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ) realizou uma fiscalização no Hospital

Raul Sertã que culminou em uma determinação da Justiça para esclarecimento de irregularidades e carências encontradas.

Durante a vistoria, a equipe do MPRJ constatou diversas irregularidades na unidade, incluindo a falta de medicamentos, que, conforme o relato da vereadora, voltou a ser um problema.

Outras inconsistências encontradas foram a falta de libe-

ração das instalações pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro (CBMERJ) e brigada contra incêndios; nas alas hospitalares, foram encontradas infiltrações nas paredes, mobiliário precário, falta de água potável, climatizadores, locais para acomodar os pacientes na espera de atendimento e falta de espaçamento entre os leitos e acomodações para acompanhantes.

Diante da repetição, Maiara Felício também questionou se a Prefeitura vem aplicando algum tipo de sanção aos fornecedores quando não cumprem com as entregas, se há fiscalização e qual o prazo previsto para a resolução do problema.

A reportagem aguarda um posicionamento do Executivo friburguense, que não respondeu até o fechamento desta edição.

Comitê Piabanha define prioridades para restauração florestal nos municípios

Divulgação/Comitê Piabanha

O Comitê Piabanha aprovou a hierarquização dos municípios da Região Hidrográfica IV (Piabanha) para receberem o Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica (PMMA), assim como para a implementação de ações de restauração florestal, por meio da Resolução CBH-Piabanha nº 95/2026.

A medida define critérios técnicos para priorizar os municípios que mais necessitam de investimentos em conservação e recuperação ambiental, considerando a proteção dos recursos hídricos, a conservação da biodiversidade e o fortalecimento da gestão ambiental municipal.

Indicadores

Ao todo, foram considerados oito indicadores técnicos, incluindo percentual de áreas protegidas, remanescentes florestais, áreas prioritárias para restauração, conectividade de



Ao todo, foram considerados oito indicadores técnicos

fragmentos, densidade de nascentes, áreas de interesse para proteção de mananciais, passivos ambientais e suscetibilidade à erosão em Áreas de Preservação Permanentes (APPs), na área de atuação do Comitê.

A metodologia prioriza municípios com menor grau de proteção e maior necessidade de

restauração, de modo a maximizar o retorno socioambiental dos investimentos.

Foram considerados aptos, conforme disponibilidade orçamentária e deliberação do Plenário do Comitê Piabanha, os seguintes municípios:

- Sumidouro
- Carmo

- Paraíba do Sul
- Sapucaia
- Paty do Alferes
- São José do Vale do Rio Preto
- Petrópolis

Nos casos de Paraíba do Sul e Paty do Alferes, o investimento em PMMA dependerá de rateio com Comitês de Bacias adjacentes, uma vez que parte significativa de seus territórios está fora dos limites da Região Hidrográfica IV, área de atuação do Comitê Piabanha.

Os municípios de Teresópolis e Três Rios não foram incluídos na hierarquização final por já terem iniciado a contratação do plano com recursos próprios. O município de Areal poderá ser reincluído após regularização de sua situação quanto à cobrança pelo uso dos recursos hídricos.

Recursos e execução

O Comitê Piabanha aprovou o recurso de R\$ 1 milhão de reais para custear os PMMAs, além

de aproximadamente R\$ 1,5 milhão para as ações de restauração florestal, ainda a serem definidas. As ações serão custeadas com recursos não reembolsáveis oriundos da cobrança pelo uso da água na RH-IV, deliberados pelo Comitê Piabanha. A execução será realizada por empresa especializada contratada, respeitando a ordem de prioridade estabelecida e a disponibilidade financeira do Comitê.

Para a formalização da parceria, os municípios deverão assinar Acordo de Cooperação Técnica e indicar Grupo de Acompanhamento responsável por apoiar a elaboração do plano.

Os Planos Municipais de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica são instrumentos estratégicos para orientar políticas públicas locais voltadas à proteção da vegetação nativa, recuperação de áreas degradadas, proteção de nascentes e fortalecimento da infraestrutura verde.